

# O diálogo entre cultura popular e políticas afirmativas sociais no contexto escolar diário do estudante

Emanuelle dos Santos Gouvêa[1]  
Vilma de Jesus de Almeida Serra[2]

[1] Bolsista do PIBEX pelo curso Técnico Integrado em Edificações, ex-diretora de Arte e Cultura do Grêmio Estudantil Eduardo Ribeiro do *Campus* Manaus Centro.

[2] Coordenadora do projeto e do NEABI-CMC, Mestra em Educação, Professora do Instituto Federal do Amazonas, *Campus* Manaus Centro.

## 1 INTRODUÇÃO

As ações extensionistas promovem ao discente o desenvolvimento tecnológico, científico, artístico, cultural e social ao dialogar com as comunidades externa e também com comunidade interna — voluntários e colaboradores do IFAM *Campus* Manaus Centro —, ampliando a competência e habilidades de forma interdisciplinar e, promovendo impacto na transformação social. As atividades seguem a estrutura de um projeto, metodologicamente organizado e acessível para implementação.

Segundo Carbonari e Pereira (2007, p. 24), o Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras, o CRUB, “definiu as atividades de extensão segundo três ideias básicas: prestação de serviços à comunidade, realimentação da universidade e a integração de ambas.” Com isso, compreende-se a relevante influência que as atividades de extensão promovem na formação da cidadania dos alunos voluntários e bolsistas, como protagonistas e agentes sociais conscientes de seu espaço e de sua responsabilidade nas ações extensionistas no contexto da educação básica e profissionalizante.

Neste relato de experiência iremos detalhar sobre o projeto de extensão intitulado “IFAM-CMC e o resgate da tradição da festa junina, cultura popular e das políticas afirmativas raciais”, realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus* Manaus Centro (IFAM-CMC), que buscou sensibilizar as comunidades escolar, acadêmica e manauara sobre as práticas tradicionais da cultura popular regional, fomentando o conhecimento dos alunos participantes sobre o trabalho coletivo em prol da cultura, das artes e educação antirracista.

O projeto foi planejado de modo a implantar uma metodologia com base na concepção da atividade interdisciplinar sobre cultura, arte e conhecimento da cultura afro-brasileira e indígena, contemplando a integração entre extensão, pesquisa e ensino, desmistificando, então, a barreira criada entre essas atividades em busca de conciliar diversos tipos de abordagens, harmoniosamente, na integração de conhecimento teórico do currículo escolar e

prática interdisciplinar e interprofissional entre o IFAM-CMC e comunidade beneficiada.

Nesse contexto, o Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena do Campus Manaus Centro (NEABI-CMC), além de reintroduzir a tradição da festa junina no *Campus* como forma de reintegrar à comunidade escolar pós-pandemia, proporcionou uma série de atividades para instrução dos alunos quanto às políticas afirmativas raciais, ao processo de heteroidentificação e à pauta antirracista durante o Mês da Consciência Negra e no aniversário do *Campus* Manaus Centro.

## **2 O “ARRAIÁ BOM DEMAIS” E O ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE**

Em meados do primeiro semestre de 2022, a professora de Língua Portuguesa e coordenadora do projeto, Vilma Serra apresentou aos seus alunos do primeiro ano do curso de Edificações, de outros cursos do integrado e licenciaturas, a pauta da proposta do Projeto, ação pela qual foram escolhidos alguns alunos voluntários, aluna bolsista e monitores. A partir do mês de maio de 2022, também houve a parceria com o Grêmio Estudantil Professor Raymundo Luiz do CMC, com o mestre da cultura popular, professor José Gomes Nogueira e com a Escola Estadual de Tempo Integral Marquês de Santa Cruz, os quais auxiliaram nas danças populares e regionais os Amazonas.

No dia 22 de junho de 2022 foi realizada a primeira reunião entre o público interno e os membros da Diretoria de Extensão do *Campus* Manaus Centro (DIREC) e do NEABI-CMC, para tratar da programação da festa junina nomeada "Arraiá Bom Demais".

Os discentes foram organizados a partir dos representantes de turma, aluna bolsista e alunos voluntários, em especial Cid Mattos da Silva[1], que seriam os protagonistas do evento, cursos e turmas se dividiram para a sistematizar as brincadeiras, barracas de comida e as danças típicas da festa junina e amazonense. Ademais, para agregação em outra atividade interna da comunidade, elaborou-se um concurso de Rei e Rainha Caipira entre os cursos da modalidade Integrado e a parceria com o Professor José Gomes Nogueira e com a EETI Marquês de Santa Cruz para a apresentação da Ciranda Tradicional do município de Tefé.

---

[1] Aluno voluntário do projeto pelo curso Integrado em Química do Instituto Federal do Amazonas Campus Manaus Centro, Diretor das Escolas Técnicas da União dos Estudantes Secundaristas do Amazonas, Membro da equipe vencedora do Ajurí das Juventudes, promovido pela UNICEF, e da Maratona Científica, promovida pela ANPG.

Durante o trabalho intenso de preparação da comunidade, observou-se, entretanto, certas dificuldades para atração da festa junina, as danças típicas e o concurso de Rei e Rainha Caipira. Os discentes do Instituto Federal dos cursos integrados de nível médio possuem, em seu individual, cargas horárias distintas relacionadas à série e ao curso, e o desencontro desses turnos se fazia um empecilho para definição dos horários de ensaio das cinco danças: Carimbó, Boi Bumbá, Quadrilha do Terceirão e Quadrilha Graduação, e também o ensaio do concurso de Rei e Rainha Caipira.

Segundo Brito e Carnielli (2011, p. 32)

A promoção de uma gestão educacional democrática e participativa está associada ao compartilhamento de responsabilidades no processo de tomada de decisão entre os diversos níveis e segmentos de autoridade do sistema educacional.

Acredita-se que o grande sucesso dessas atividades foi baseado, majoritariamente, no intenso esforço dos alunos e da coordenadora do projeto na realização do evento, pois as salas foram improvisadas e materiais para figurino foram emprestados, mas, por fim, tudo deu certo!

Muitos ensaios foram realizados aos sábados nas dependências do *Campus* Manaus Centro com anuência dos responsáveis legais, da DIREN e membros do NEABI-CMC que acompanharam em seus ensaios discentes do 3º ano do ensino técnico e da graduação.

Todas as parcerias para confecção de trajes típicos para a Dança Tradicional de Tefé foram feitas entre os próprios discentes, alguns utilizando parte do recurso da bolsa do PIBEX. Essa parceria se estendeu à compra das medalhas e premiações. As caixas de som para os ensaios foram cedidas pela professora Vilma Serra e as vestimentas típicas dos pares dançarinos de Carimbó Tradicional também foram doadas pela professora, os quais faziam parte de projetos anteriores.

Quanto à questão da dança Boi Bumbá, a parceria entre o projeto e o Boi Bumbá Garanhão foi feita individualmente pelo aluno Cid. As vestimentas dos personagens principais eram de uso pessoal dos dançarinos. Mesmo diante alguns obstáculos, o “Arraiá Bom Demais” ocorreu dia 27 de agosto de 2022, exaltando o Dia do Folclore no Brasil, celebrado no dia 22 de agosto de cada ano no Brasil.

O evento atingiu um resultado satisfatório, contando com 800 participantes — público externo, alunos voluntários, docentes e servidores — que vivenciaram uma linda reintegração à cultura da festa junina no *Campus*, usufruindo de músicas, danças e comidas típicas, cenário caracterizado e muita comunhão entre todos, celebrando o ano de pós-pandemia que muito nos assombrou.

Vale destacar também que para organização geral do “Arraiá Bom Demais”, no que se refere à ornamentação, parcerias, sons, iluminação, divulgação, comunicação, vendas de mesas e outros recursos foi formada uma comissão geral da festa junina, organizada pela DIREC, que teve o apoio da Comunicação Social do *Campus* para divulgação do evento.

A foto 1 representa o momento de alegria dos participantes da brincadeira.

**Figura 1 - Grupo da dança Boi Bumbá**



Foto: Própria autora (2022).

## **2.1 | Encontro do NEABI-CMC, Mês da Consciência Negra e a pauta antirracista**

Logo após a realização do “Arraiá Bom Demais” foram iniciadas as discussões quanto a programação para o Mês da Consciência Negra, comemorado dia 20 de novembro e estabelecido pela Lei Federal n. 12.519 de 10 de novembro de 2011. Os dias do evento foram estabelecidos para 17 e 18 de novembro de 2022, cuja abertura das atividades se deu com a presença do diretor do IFAM-CMC Edson Valente Chaves e outros dirigentes da instituição. Logo após ocorreram as atividades de oficina com a temática “Negritude em Pauta”, desenvolvida a partir do projeto “Tons da Terra”; apresentação de danças, declamação de poemas abordando o tema antirracista; roda de conversa e a culminância final com a oficina de heteroidentificação, coordenada pela professora, Vilma Serra.

Assim como na solenidade anterior, os membros organizadores enfrentaram uma série de impasses no decorrer das preparações. Inicialmente, foi acordado que seria publicada uma chamada pública para a produção de poemas, desenhos e vídeos em prol da pauta da Consciência Negra, e que era de extrema importância que todos os professores e membros do NEABI-CMC divulgassem

e incentivassem seus alunos a participarem da chamada pública cuja pauta interdisciplinar versava sobre a cultura afro-brasileira. Entretanto, essa colaboração não aconteceu como o esperado.

É notório, no e-book de texto autoral dos alunos intitulado “Negritude em pauta: expressões artísticas: aluno autor por uma escola antirracista”, que grande parte das obras são oriundas de alunos autores dos cursos técnicos integrado em Edificações e integrado em Química, os quais foram participantes por serem alunos da professora Vilma Serra, das professoras Talita Vieira de Carvalho Pedrosa e Fernanda Tunes Villani porque estas os incentivaram a participar da chamada pública, enquanto outros professores não o fizeram.

É importante que todos nós que levantamos a bandeira das políticas públicas raciais, não deixemos de lado o trabalho interdisciplinar com essa pauta que é cobrada mediante à Lei n. 11.645, de 10 março de 2008 que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

## **2.2 Oficina “Tons da Terra” com a temática “Negritude em Pauta”**

Em parceria com o projeto de PIBIC intitulado “Tons da Terra”, coordenado pela professora Fernanda Tunes Villani[2], buscou-se a aliança entre a proposta de levar à comunidade uma maneira simples e econômica de produzir tinta à base de três elementos: terra, água e cola, além da compreensão da arte como forma de expressão, comunicação e estímulo ao senso crítico humano no que se refere à compreensão do mundo real. O projeto além da produção de tinta ecológica ainda possibilita que os alunos aprendam a disciplina de Química de uma maneira lúdica e repassem a técnica para os familiares e para seu meio social.

Para a oficina Tons da Terra foi realizada uma seleção de alunos voluntários para auxiliar na oficina. Cada voluntário pertencente aos cursos integrados recebeu uma ficha de inscrição, as quais entregaram àqueles alunos que consideravam aptos a participar da atividade de pintura em tela utilizando as tintas produzidas a partir dos dolos da Amazônia. A partir do recolhimento desses nomes, montou-se uma lista de frequência para posterior certificação e, em seguida, para seleção para inserção da pintura no e-book.

---

[2] Doutora em Ciências de Florestas Tropicais, coordenadora do projeto Tons da Terra: a tinta ecológica e de baixo custo à base de solos da Amazônia, Professora do Instituto Federal do Amazonas Campus Manaus Centro.

Para o evento realizado dia 17 de novembro de 2022 foi utilizado o espaço IFMaker, procurando valorizar as dependências do Instituto e associando o saber artístico e o conhecimento científico de acordo com o projeto da professora Fernanda. Momentos que foram registrados, conforme mostram as fotografias 2 e 3.

**Figura 2 - Momento da oficina**



Foto: Própria autora (2022).

**Figura 3 - Pinturas em tela produzidas durante a oficina**



Foto: Anne Raquel Pimenta Matias (2022).

## 2.3 Oficina de heteroidentificação

A democratização do acesso ao ensino superior público de qualidade é um fenômeno que vem sendo muito discutido nas últimas décadas e vem ganhando espaço graças à luta constante dos movimentos sociais e estudantis.

A busca pela equidade social e racial no país trouxe enfim a criação da Lei de Cotas — Lei n. 12.711/2012 — que determina que 50% das vagas das instituições de ensino são destinadas a alunos oriundos de escolas públicas. Além disso, a legislação determina que metade desses 50% devem possuir renda per capita igual ou menor a 1,5 salário mínimo e ser autodeclarado Pardo, Preto ou Indígena (PPI) de acordo com o Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE).

O processo de heteroidentificação se inclui no cumprimento da garantia às vagas aos sujeitos de direito das políticas públicas raciais.

A Comissão de heteroidentificação analisa o fenótipo do candidato que se autodeclara à cota de preto e pardo. Para os Indígenas são analisados o RANI ou a autodeclaração étnico-racial assinada pela liderança indígena.

Já a autodeclaração étnico-racial é da compreensão pessoal sobre seu lugar no meio social e o direito intocável de se autodeclarar pertencente a um grupo perante suas características. Na heteroidentificação o outro indivíduo irá analisar tais aspectos para confirmação do seu posicionamento.

Com o objetivo de atender e sistematizar a entrada destas pessoas no Instituto Federal é necessária a capacitação de indivíduos que possam deter a cognição da norma adequada. Sendo assim, professores, TAEs e acadêmicos foram convocados (no mínimo um integrante de cada departamento da Instituição) para conscientização quanto à importância do combate ao racismo estrutural presente na educação, e se procedeu a habilitação de pessoas para compor a Comissão de Heteroidentificação do IFAM Campus Manaus Centro, durante o evento ocorrido no dia 18 de novembro de 2022.

A oficina foi coordenada pela professora Vilma Serra e o membro do NEABI-CMC Ryan Tolosa; contou como recursos materiais apostilas exclusivas sobre as legislações e a temática da igualdade racial e enfrentamento ao racismo.

O final da oficina foi registrado, conforme figura 4.

**Figura 4 - Participantes da Oficina de Heteroidentificação**



Foto: Própria autora (2022).

### **3 CONSIDERAÇÕES**

Ao fim das atividades exalta-se a importância do NEABI-CMC para o cumprimento da afirmação da inclusão social de indivíduos pretos, pardos e indígena na comunidade do IFAM-CMC, em adição à cultura e ao reconhecimento da necessidade de luta contra a desigualdade racial e ao racismo presente em nossa sociedade.

O trabalho de extensão permite que os próprios alunos sejam os beneficiários do processo a partir do diálogo entre a educação, a cultura e a comunidade, e, além disso, sejam os protagonistas dessa ação, o que auxilia na construção de um indivíduo socialmente consciente. Como declara Silva (2011, p. 204)

A atividade de extensão permite ao estudante a oportunidade de tomar contato com problemas que aflige e emergem da sociedade, sob a luz de um olhar que traz apoio do conhecimento acadêmico teoricamente desenvolvido. [...].

A transcendência de tais limitações configura-se como construção de novos conhecimentos. Portanto, o estudante exposto à realidade por meio da atividade de extensão não se forma, no sentido convencional, mas se transforma em cidadão pleno.

Por isso é de suma importância que as atividades de extensão, envolvendo o ensino e a pesquisa, sejam mais ofertados nos cursos, pois assim o trabalho em equipe e as competências e habilidades dos discentes podem ser desenvolvidas com toda a sua potencialidade e comprometimento na formação de sua cidadania. Esse tipo de atividade estimula a iniciativa de propagar a conscientização não só de estudantes da educação básica, mas, também, de servidores e acadêmicos; auxilia na comunicação mais abrangente e eficaz, ultrapassando muitos obstáculos, alcançando mais objetivos e transcendendo as limitações de comunicabilidade impostas entre as gerações.



## REFERÊNCIAS

BRITO, Renato de Oliveira; CARNIELI, Beatrice Laura. Gestão participativa: uma matriz de interações entre a escola e a comunidade escolar. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 5, n. 2, p. 26-41, 2011. Disponível em:

<https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/151>. Acesso em: 20 jul. 2023.

CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt; PEREIRA, Adriana Camargo. A extensão universitária no Brasil: do assistencialismo à sustentabilidade. **Revista de Educação**, v. 10, n. 10, 2007.

SILVA, Regina Nascimento. Importância, desafios e perspectivas da extensão universitária. **Extensão**, Uberlândia, v. 10, n. 2, p. 204-206, 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20794>. Acesso em: 20. jul. 2023.